

Afonso Dhlakama responde a Joaquim Chissano:

“Não preciso de ‘estatuto condigno’ quero estatuto de líder da oposição”

— E acrescenta que “estatuto condigno” devia ser para todos os moçambicanos e não só para ele

SAVANA, 5.5.95

O chefe da Renamo, Afonso Dhlakama, disse ontem ao SAVANA ter ficado surpreendido ao ler no jornal Domingo que ele já tinha o estatuto de líder da oposição, razão pela qual mandou José de Castro desmentir essa informação em conferência de imprensa havida na última quarta-feira. Porém, diz ter ficado mais surpreendido ainda quando, após a conferência de imprensa de José de Castro, viu o Chefe de Estado a explicar que aquilo não era estatuto de líder da oposição, mas um “estatuto condigno” tendo em conta que Dhlakama não é deputado da AR, mas é co-subscritor do AGP e, dentro do espírito de reconciliação nacional, o PR entende que ele merece um tratamento diferenciado.

Ele reitera que não precisa de “estatuto condigno” constituído por bens materiais, precisa é de uma maior intervenção política que deve ser consubstanciada por um quadro jurídico a ser criado por iniciativa da Ponta Vermelha.



O Presidente da República respondeu à conferência de imprensa dada pelo secretário-geral da Renamo. Ele explica que não deu, afinal de contas, o estatuto de líder da oposição ao presidente da Renamo porque não é deputado, mas está a pensar em atribuir-lhe um “estatuto condigno”. Diz que o tal estatuto foi discutido na reunião de 14 de Abril passado e que nesse encontro o presidente da Renamo agradeceu o estatuto que agora, publicamente, recusa. Quer comentar?

— Eu não entendo o que é que significa “estatuto condigno”. Eu sou líder de um partido, fui às eleições, o meu partido tem 112 deputados, e eu tive a segunda maior percentagem de votos. Quanto à reunião de 14 de Abril...ele disse que me ia dar certas regalias, como passaporte diplomático, mas isso já o tenho. Todos os presidentes dos partidos têm passaportes diplomáticos. Nessa reunião, ele disse que ia criar tais condições. Discutimos muito.

Eu perguntei se isso tinha bases legais, e ele respondeu que não tinha base jurídica, porque a Constituição da República não prevê. E eu perguntei-lhe se como não estava constitucionalmente previsto, como é que se explica que ele esteja hoje a querer dar a entender que está a tentar cumprir com a sua promessa em me dar o estatuto de líder da oposição. É que líder da oposição não significa ter bens materiais. Os bens são outra coisa. Líder da oposição não significa casa, nem carro, nem passaporte diplomático, mas, sim, o reconhecimento do seu papel político, quer no Parlamento, quer em intervenções sobre a vida do País. Como se faz noutros países democráticos.

Ele explicou-me que, como assinámos juntos o AGP, o estatuto seria considerado como um prosseguimento desse AGP. E eu disse-lhe que, se é que é assim, ia pensar, iria estudar isso, e foi por essa razão que me mantive calado. Mas imediatamente, convoquei a reunião do Conselho Nacional

da Renamo e reportei ao nosso Conselho Nacional a conversa que mantive com o Presidente Chissano. Disse ao Conselho que eu, como líder da Renamo, não aceitava receber tais regalias, pois as pessoas iriam perceber que elas se referiam ao líder da oposição, o que na prática não sou, pois a Constituição não prevê.

Quando o assunto foi publicado pelo “Domingo”, fiquei admirado, pois parecia uma coisa oficial, o que de facto, desapontou muita gente, até dentro da Renamo. E a Comunidade Internacional ficou satisfeita, porque entendeu que Chissano estava finalmente a cumprir com as suas promessas.

Ele ainda não cumpriu com a promessa. Eu não estou chateado, porque entendo porquê ele e o seu governo não me querem dar o estatuto de líder da oposição. Eu sei o que isso significa. É o que ele prometeu várias vezes, é o que a Comunidade Internacional espera. E ele ainda não o fez. Quando fala de “estatuto condigno” ele refere-se a dar-me um carro, ou

um vencimento. Eu não preciso disso. Não posso aceitar regalias que não têm quadro jurídico. Hoje sou líder da Renamo. Qualquer dia posso sair da Renamo por qualquer motivo e, se isso acontecer, a pessoa que me substituiria não teria tais regalias, pois Chissano está a dar-mas enquanto que Dhlakama e não como líder da oposição.

Qualquer dia ele, Chissano, pode deixar de ser Presidente da República e o seu sucessor vai dizer que as minhas regalias não têm base legal. Eu sei que o governo da Frelimo não me quer dar o estatuto de líder da oposição porque ele conscientemente sabe o que isso significa. Sabe que isso não significa apenas regalias. Significa uma maior intervenção política.

É por isso que o José de Castro disse que líder da oposição deve ter o direito de intervir no Parlamento. O líder da oposição não tem de ser necessariamente deputado.

Continua na pág. 3

Continuação da pág. anterior

Afonso Dhlakama responde a Joaquim Chissano

O Primeiro-Ministro não é deputado, mas fala no Parlamento porque a constituição o permite. É o que nós queremos.

Quando o Presidente Chissano diz que não se prevê na constituição... é lógico porque não havia oposição. Por isso, a constituição deve ser revista.

O líder da oposição nasceu com a realização das eleições. Fomos às eleições com essa constituição porque sabíamos que depois das eleições as coisas iam mudar. É por isso que ele não pode alegar essa imprevisão constitucional do estatuto para não mo conceder. No passado, não havia líder da oposição, pois não havia oposição.

Então, seria preciso rever primeiro toda a constituição?

Não necessariamente! O Parlamento está reunido. Se, de facto, o Presidente da República quisesse que eu fosse líder da oposição teria já submetido ao Parlamento uma proposta de emenda constitucional e o Parlamento aprovaria. O que eu não aceito é a explicação de "estatuto condigno".

Todo o cidadão moçambicano merece um "estatuto condigno", e não "indigno". Um Presidente da República deve lutar para que todos os cidadãos do seu país tenham um "estatuto condigno". O que a gente quer é um estatuto de líder da oposição, em que este possa intervir em matéria política no país. Não exigimos bens materiais, exigimos maiores possibilidades de intervenção política.

Espero que o Presidente Chissano e o Partido Frelimo compreendam estas coisas de uma vez por todas. Nós discutimos um estatuto político e o Presidente Chissano fala de um estatuto de bens materiais. É aí onde reside a contradição.

"Sem irregularidades nas urnas eu teria ganho com 75 por cento"

O presidente da Renamo está a viver aqui no Maputo há já mais de dois anos. Que avaliação faz de todo o processo político moçambicano, desde as conversações de Roma até às eleições?

— Foi um processo muito complexo. Acabámos com a guerra em 92, houve o processo de acantonamento das tropas, a desmobilização, o recenseamento eleitoral, a campanha e as próprias eleições... O tempo foi muito curto. Saimos do cessar-fogo para as eleições. Para a Frelimo foi fácil, pois já existia há vinte anos. A Renamo veio do mato, teve que se transformar, adoptar uma estratégia política, o que não foi fácil. Houve passos positivos. Mas um dos erros foi não termos feito uma campanha eleitoral antecipada. Imediatamente depois do AGP devíamos ter começado com a campanha, em 93. O país, segundo as estatísticas, tem acima de 150 distritos. Ora, deveríamos ter feito um programa com todos os responsáveis provinciais em que percorreríamos todos os distritos, apresentando a Renamo ao povo, dizendo que a Renamo é "esta". E não "aquela" que ouviam pela Frelimo. Apresentar o Dhlakama, dizendo que Dhlakama é "este", e não o "Dhlakama da Frelimo" que tinha chifres na cabeça. Dizer que eu é que sou o Dhlakama que lutei pela liberdade, que vamos ter eleições graças à minha luta, à nossa luta, ao vosso apoio, sou vosso filho. Devíamos ter feito isto distrito por distrito, nas localidades, nos postos administrativos, do Rovuma ao Maputo.

A campanha levou poucos dias e eu próprio não consegui percorrer todos os distritos. Chegava num distrito e ficava apenas 15 minutos, num distrito em que nunca tinha estado, em que as pessoas só me conheciam através da rádio ou dum panfleto. Era preciso que a minha cara fosse fixada, conhecida, seis ou sete meses antes da campanha eleitoral. Isto não aconteceu.

Fizemos um trabalho duplo. Só na altura da campanha é que o povo começou a saber quem era o Dhlakama. Porque não o conhecia. É claro que houve muito apoio, porque as pessoas queriam mudanças. As percentagens que a Renamo teve, que eu tive, espelham bem isso. Houve pessoas que pensaram que a Renamo era capaz de obter apenas 5 por cento ou mesmo 3 por cento. Apesar das várias irregularidades obtivemos boas percentagens. Se não

tivessem existido irregularidades, se tivéssemos feito uma campanha antecipada, com muito controlo, eu ganhava as eleições presidenciais por 75 por cento dos votos.

Fazer coligação com a Renamo é um bocadinho difícil

O que é que o presidente da Renamo espera da anunciada conferência da oposição, tendo em conta a experiência da outra realizada o ano passado, em Xai-Xai?

— Nós somos um partido democrático, temos simpatias com os outros partidos, esta é a minha cultura, a minha maneira de colaborar com eles. De facto, a experiência do passado ensina que a gente tenha cautela, porque o ano passado, antes das eleições, fizemos uma conferência do género em Xai-Xai, a pedido de alguns presidentes de partidos da oposição que vieram me dizer que gostariam de não se candidatarem, que eu deveria ser o candidato único, que eles iriam explicar aos seus eleitores para, em vez de votarem neles, votarem no Dhlakama nas presidenciais. Não foi minha iniciativa. Nem queria que isso acontecesse. Mas como vieram pedir, eu expliquei à Renamo e contribuímos financeiramente para que a reunião acontecesse. Fomos a Xai-Xai a pedido deles. Eu estive lá pessoalmente, para demonstrar a minha simpatia para com esses partidos. Falou-se, combinou-se e muitos deles garantiram que não se candidatariam, que me queriam como único candidato. Eu disse-lhes que deviam ponderar bem, porque eu tinha o meu partido.

Mas as mesmas pessoas que disseram que não iriam se candidatar foram as primeiras a apresentarem as suas candidaturas à CNE. E começámos a ver que este e aquele se tinham candidatado, o que ficou muito mal. Para quem não tivesse acompanhado parecia que eu, Dhlakama, tivesse falhado com a minha estratégia, pois houve quem

tivesse entendido que eu tinha mobilizado aqueles homens, enquanto não, eles vieram pedir e se eu tivesse rejeitado teriam dito que é porque penso que sou o mais importante...

Quando se fala, neste momento, da conferência da oposição... ouvi que a ideia é de se fazer coligações para as próximas eleições locais.

Não me posso pronunciar, neste momento. É difícil fazer coligações. Veja a experiência da FAP e do Monamo que se coligaram e depois... a experiência da UD em que há problemas, embora não se fale neles, mas há problemas, aquilo não está bem cozinhado, qualquer dia aquilo desaparece, pois não tem nenhuma base de coligação. É preciso que as pessoas se entendam, que saibam que que princípios concordar e com que discordar. Acho que para aqueles partidos não é altura de se fazer coligações.

Mas fazer coligação com a Renamo é um bocadinho difícil. A Renamo tem a sua história, um pouco complicada, tem a sua cultura e tradição, os seus princípios e não é fácil puxar um partido e metê-lo dentro da Renamo sem que haja ponderação, troca de princípios e, neste momento, não vejo alguma base em que pode assentar uma coligação entre a Renamo e os outros partidos da oposição. O que devo dizer é que me simpatizo com eles e com os seus presidentes. Mesmo aqueles que me chamaram de militar antes das eleições, hoje aproximaram-se de mim.

Eu apoio que eles façam essa conferência. Posso mandar o secretário-geral, José de Castro, ou mesmo qualquer chefe de departamento para ir ouvir e participar. Mas se o objectivo é criar coligações, vamos apoiar. Só que para a Renamo, neste momento, é difícil. Não porque estranhámos. No futuro talvez nos coliguemos com outros partidos, pois vamos viver centenas de anos. Pode ser que daqui a cinco anos nós nos sentemos para fazer coligações.

Continuo a apoiá-los. Dou-lhes a minha ajuda. Mas coligar-se é mesmo difícil. ■

Salomão Moyana

Oposição diz que governo não está interessado em resolver os problemas do povo

SAVANA, 5.5.95

Por Irene Jamisse

O Plano Económico e Social para 1995, que esteve em discussão esta semana na AR criou um terreno fértil para acusações, principalmente da oposição ao executivo. A maior parte das intervenções dos deputados, acerca desta matéria, baseou-se fundamentalmente em perguntas e muito poucas foram as sugestões para o melhoramento daquilo que é a política orçamental. Alguns parlamentares da oposição contactados pelo SAVANA acusaram o governo de não estar preocupado com a resolução dos problemas do povo. Tal dizia o parlamentar Jeremias Pondaca, da bancada da Renamo, fazendo referência à taxa mínima de inflação estabelecida pelo executivo, na ordem dos 24 por cento, até Dezembro próximo. "Os dados fornecidos são falsos e estão muito longe da verdade. O governo não vai conseguir cumprir com isso". Entretanto, o presidente da AR, Eduardo Mulémbwé alertou aos parlamentares que as propostas apresentadas não se dirigem apenas ao executivo mas também aos próprios deputados e a todo o povo moçambicano.

Solicitado pelo SAVANA a sustentar as suas declarações, Jeremias Pondaca explicou que a sua contestação em relação à taxa mínima de inflação apresentada pelo governo baseia-se numa análise que fez daquilo que são os níveis a que "a nossa economia está a andar. Esses níveis não respondem aos números apresentados pelo executivo. Consultemos qualquer economista, este dirá, certamente, que os valores são falsos", disse.

A nossa fonte questionou igualmente sobre a falta de clareza nos critérios seguidos para a elaboração do fundo de salários para o corrente ano.

Para Salim Abdul, da bancada da Frelimo, cabe ao governo tomar nota das necessidades apresentadas para que sejam priorizadas nos próximos anos, uma vez que algumas delas não serão executadas no presente ano dadas as dificuldades financeiras e outras.

Condenou, contudo, as

atitudes de alguns deputados por questionarem se o governo é ou não capaz de executar o seu plano, afirmando que os parlamentares terão oportunidade de ver a capacidade ou não do governo.

Como que a secundar as afirmações do seu companheiro de bancada, João Muchine levantou-se para dizer que a pobreza em que Moçambique se encontra, a falta de infra-estruturas para fins sociais não serão erradicados milagrosamente e, muito menos, em um ou dois anos.

O chefe da bancada da União Democrática, falando sobre os limites para a área central de despesas correntes e em particular da verba atribuída ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocou a sua preocupação nos seguintes moldes: "porque é que não se reduz o pessoal das embaixadas ou mesmo o número das embaixadas de modo a se desviar parte desse fundo para a área da desaminagem que é um assunto bastante preocupante porque tem vindo a privar as populações de produzir". Propôs que dos 103.950 mil contos do orçamento atribuído àquele Ministério se retirassem 950 mil contos ficando apenas 103.000 mil contos. "Nós não temos dinheiro, o dinheiro trouxemo-lo de Paris".

E mais, solicitou ao Primeiro-Ministro para que até sexta-feira (hoje) "procurasse" saber o número de embaixadas moçambicanas que existem no exterior.

Reagindo à sugestão de Palange, Sérgio Vieira levantou-se para defender que é difícil mencionar qual a embaixada que deveria ser fechada. Segundo Sérgio Vieira, em África "temos, para além das dos países limítrofes, mais duas, nomeadamente em Adis-Abeba que é a sede da OUA e a sua motivação é bastante óbvia. A outra temo-la em Luanda e compreendendo o papel que o nosso País tem desempenhado, ainda que discretamente, para aproximar pontos de vista

para se lograr a paz, também seria difícil fechar-se a embaixada naquele ponto do continente.

As outras temos na Europa, em Londres, Lisboa, Roma, Paris, Bruxelas, Estocolmo e Moscovo e, dada a importância das relações com os países onde se encontram fixadas, é também difícil opinarmos a favor do seu encerramento. Depois disso, temos as Nações Unidas, Washington e Beijing. Portanto, não vejo a necessidade de se retirarem os 950 mil contos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros".

O governo, na voz do Primeiro-Ministro, esclareceu a questão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dizendo que este ano houve uma contenção nas despesas para este ministério. No corrente ano, o MNES incorpora no seu selo aquilo que até 1994 eram actividades do Ministério da Cooperação mas, mesmo assim, "o volume dos recursos atribuídos não difere muito do do ano passado. Há apenas um ajustamento ao câmbio do dólar. As embaixadas no exterior têm de funcionar em moeda convertível, daí que se nota uma grande diferença em relação aos outros ministérios".

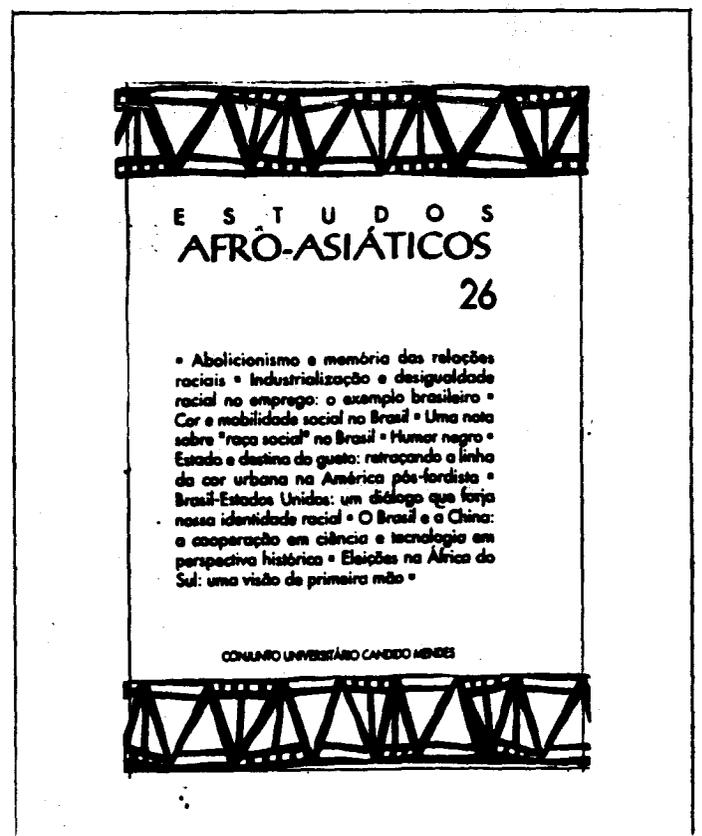
O Primeiro-Ministro escusou-se a fazer o trabalho

recomendado pelo chefe da bancada da UD, António Palange, convidando-o a ler o Boletim da República onde iria encontrar a resposta da sua preocupação.

Após este esclarecimento, Pascoal Mocumbi pediu à vice-ministra do Plano e Finanças, Luísa Diogo, para responder às diversas questões colocadas sobre o Plano Económico e Social para o corrente ano, tendo esta começado por atacar o ponto referente aos critérios utilizados na elaboração do fundo de salários, explicando que em todas as províncias e em todos os sectores usou-se o quadro do pessoal existente.

"Num orçamento, com uma política de contenção trabalhamos com o número de pessoas actualmente a trabalhar em cada um dos sectores. Só nas áreas de Educação e Saúde aceitaram-se limites adicionais para a admissão de professores e mais pessoal na Saúde. Nos outros sectores defendeu-se a manutenção de quadro do pessoal".

O governo afirma, porém, que o OGE continua a depender de financiamentos externos e internamente dever-se-á edgr ainda maior esforço na contenção de despesas e eliminação de gastos supérfluos. ■



Afinal, o que somos?

NOVO JORNAL, 17.5.95

José Leitão da Graça

1. REMONTA à época colonial o critério que classifica a população cabo-verdiana em três grupos "raciais", segundo a respectiva importância numérica vista pelo operador, a saber: os mestiços cabo-verdianos, os negros cabo-verdianos e os brancos cabo-verdianos. Há cerca de três décadas, quando elaborei "L'archipel de Cap-Ver, passé, présent, perspectives d'avenir" venho afirmando que tal distinção não corresponde já nem à realidade biológica em Cabo Verde nem à sociológica. É que volvidos mais de quinhentos anos sobre a data do início em Cabo Verde da dupla mestiçagem, a primeira interracial — a dos escravos negros entre si, pertencentes a diferentes etnias, a segunda "racial", nas condições de escravidão, destes e sua descendência com a minoria branca dos senhores e seus descendentes, muito remotamente terão os próprios cabo-verdianos brancos da classificação escapado à mestiçagem. A não ser que aqui se tenha praticado também a política de "apartheid"... Mas não, os colonialistas portugueses, seus colonos e negreiros foram apontados como os campeões europeus da mestiçagem biológica, o que não teria sido do agrado dos fleugmáticos colonos britânicos puritanos... Todavia, esse título foi na realidade um bluff! Para inglês ver...

1.1 Eu escrevia em 1968: "A nacionalidade cabo-verdiana assim formada apresenta uma tal variedade de tipos físicos (fenótipos) que se ilude quem pensar que os cabo-verdianos pertencem a raças diferentes. Os próprios habitantes da Ilha Brava de pele clara e cabelos mais ou menos lisos não são propriamente de raça branca. Não conta a sua convicção pessoal! Tam-

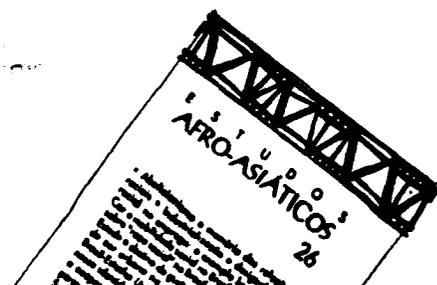
bém eles são produtos da mesma mestiçagem multissecular, complexa e intensa operada em Cabo Verde. Numa palavra, os tipos físicos da população nativa cabo-verdiana são tão diversos que só uma imaginação delirante poderia esboçar um quadro e uma classificação completos. Assim, é melhor desistir. E para quê, afinal?

1.2. Numa mesma família pais e filhos apresentam tipos físicos (fenótipos) diversos neste ou naquele pormenor. Acaso poderá dizer-se com propriedade que este é negro, aquele é mestiço e aqueloutro é branco? Aquele critério de classificação introduzido na era colonial, para fins bem determinados, deixava de corresponder à realidade de um certo período da história colonial de Cabo Verde. Mais precisamente, ao período da génese inicial da comunidade nacional cabo-verdiana quando os "mestiços" — produto do cruzamento entre brancos e negros escravos ("nós somos filhos de uma noite cometa varada a espaços por estranhos gritos", evoca Aguiinaldo Brito Fonseca, num poema) — adoptados pelo pai branco formavam um grupo social privilegiado no seio da sociedade escravocrata.

1.3. Hoje, porém, os mestiços naquela acepção etimológica não têm em Cabo Verde expressão estatística. Vive-se a época dos cooperantes como se viveu a da tropa expedicionária portuguesa na década de quarenta, quando surgiram "mestiços", absorvidos depois pela sociedade cabo-verdiana, integrando-se nela espontaneamente. Sejam, pois, bem-vindos! O que se deve dizer da comunidade cabo-verdiana é que ela é a resultante de uma mestiçagem multissecular nas

condições acima descritas. Aliás, quem ignora que os diversos povos da Europa Ocidental, incluindo os da França e de Portugal, em outras circunstâncias, resultaram da mestiçagem de alguns outros povos que ocuparam os respectivos territórios? É claro que há mestiços franceses e os há também portugueses. Nada, pois, mais natural que os haja igualmente em Cabo Verde, embora aqui sem qualquer expressão estatística. A referida classificação poderá induzir em erro o forasteiro que desconhece as origens e as géneses do nosso povo. Tanto mais que os ditos mestiços, negros e brancos cabo-verdianos, todos africanos, têm o mesmo lastro cultural e linguístico como essência. Essa é a realidade objectiva. E outra é querer construir, para fins políticos de uma classe, a ideologia da cultura mestiça sintetizada no slogan: "Nem europeus. Nem africanos. Somos cabo-verdianos!" Fica-se na mesma. Então, o que somos?(1)

(1) Num rasteiro para detectar a tuberculose no meio universitário em Lisboa, no início da década de 50, ao preencherem os impressos para o efeito, deparou-se aos pacientes uma pergunta sobre a "raça" a que pertenciam. No final do exame reuniu-se grupo de cabo-verdianos a comentar aquela pergunta "indiscreta" e a resposta dada por cada um dos presentes. Foram como era de esperar, as mais variadas. Os que, como eu, têm sinais negroides evidentes não hesitaram: raça negra. Quanto aos outros, um escreveu: raça mestiça. Outro, raça humana. Um terceiro, raça parda. Mas o que provocou mais gargalhadas foi aquele que escreveu: raça negra, por solidariedade. Creio que a confusão sobre essa pergunta "indiscreta" persiste ainda entre nós!



COM A PAZ NASCE MAIS UMA GUERRA NO PAÍS

Poderes lutam pelo poder

SAVANA, 19 5.95
Moisés Mabunda

O Problema mais próximo que o país vai enfrentar é o conflito entre o chamado "poder tradicional" e o que se pode considerar, inversamente, o poder moderno. O primeiro, representado pelos antigos régulos, chefes tradicionais e outras autoridades. O segundo, personificado pelos grupos dinamizadores, chefes de posto, administradores, governadores até ao poder central. É que os antigos régulos e os grupos dinamizadores estão numa disputa sem quartel de poder. Os régulos consideram que o governo central já lhes devolveu o poder. Enquanto os grupos dinamizadores, que nunca foram demitidos das suas funções, consideram-se ainda os legítimos representantes do Estado ao nível local. E, por conseguinte, com poderes para decidir sobre o quotidiano local. Na origem desta disputa está, em parte, a Lei 3/94, a legislação sobre os municípios. Ela é bastante lacónica, não define claramente as funções e competências de cada instituição, ou seja, dos grupos dinamizadores e das autoridades tradicionais. O que ela diz é que as autoridades municipais estudarão formas de as autoridades tradicionais participarem na governação local.

É assim em Gaza. É assim em Inhambane. É assim em Sofala. E relatam-se casos em Manica.

Em Gaza. No distrito de Chibuto, "existem régulos. Muitos deles gozam de grande prestígio junto das populações e são eles que lideram os grandes momentos da vida tradicional, como o caso da época do canhu, as rezas para boas colheitas. Trabalham connosco". São palavras do administrador, Alberto Langane.

Adiantou mais: "Muitos deles encontram-se enquadrados na estrutura de governo, funcionando como veículos de transmissão das orientações do governo junto das populações. Nalgumas zonas do norte do distrito, as populações são por uma devolução da autoridade a alguns dos antigos régulos. Mas casos há também de pessoas com muito prestígio que as populações pedem para que fiquem régulos".

No distrito do Guijá, na mesma província, os desenvolvimentos sobre a matéria são outros. O administrador, Ricardo

Care, está em consultas com personalidades influentes em diversos postos administrativos para saber o que pensam sobre o actual sistema de governação. Assim, trabalhos com antigos régulos, curandeiros, religiosos e comerciantes com certa influência estão a ser feitos.

Desses contactos, o administrador refere que "o grosso das opiniões considera que há uma lacuna no actual sistema de governação pois a autoridade só se faz sentir na capital do país, nas capitais provinciais e sedes distritais, e na base nada".

Tal como o administrador de Chibuto, o de Guijá diz também que há correntes de opinião da população defendendo que ao poder tradicional deve ser restituído o poder executivo ao nível local. O posto administrativo de Nalazi, no mesmo distrito, constitui um exemplo eloquente do que se está a passar, de facto, na base. O chefe do posto, José Thava Siteo, relata o que se passa: "Falo com eles para saber os hábitos da terra e como agir. Eles é que estão à frente de todas as cerimónias

tradicionais. Eles é que conhecem os hábitos da zona e a população reconhece-os. São pessoas muito respeitadas".

O Governador de Gaza, Eugénio Numaio, tem conhecimento da situação, mas começa por esclarecer que autoridades tradicionais não são apenas os antigos régulos, mas também outras personalidades influentes, chefes de grandes famílias, líderes religiosos e comerciantes.

Numaio legitima a actuação do chefe do posto de Nalazi: "É prática do poder legalmente instituído recorrer a essas autoridades para consultas, concertação e mesmo para a transmissão dos programas de governação às populações. Temos uma prática de consulta permanente à autoridade tradicional e com ela trabalhamos harmoniosamente".

Em Inhambane. Nos distritos de Morrumbene, Jangamo e de Homoine, os régulos já estão em actividade. Entre outras actividades que já executam, cobram impostos às populações e resolvem os diferendos sociais. Os

grupos dinamizadores, furiosos, dizem que não se pode admitir que o que se fazia no tempo colonial volte a ser feito por estas alturas.

Em Homoine foi reportado um conflito entre as duas autoridades devido à disputa sobre quem atribua a terra e quem solucionava os problemas sociais. Ademais, sobre quem cobrava os impostos. É que os antigos régulos não só cobram à população residente, como também aos que trabalham como mineiros na África do Sul.

Em Morrumbene, a disputa foi longe demais. Chegou até à pancadaria. Todavia, a guerra não termina por aqui. Entrou já no campo da magia.

Na província de Sofala, a situação não é menos terrível.

Aqui, os conflitos são referidos em toda a província. E a sua origem é idêntica.

Em Nhamatanda, segundo o administrador, os conflitos são mais acesos agora, porque os secretários dos grupos dinamizadores que estavam nas zonas controladas pelo governo estão a estender as suas actividades às zonas que estavam (outras ainda estão) sob influência da Renamo, zonas em que os régulos já se consideram representantes do Estado. "E os régulos aparecem a querer saber quem manda mais ou menos", diz o administrador, Paulino Salmone.

Os pontos do distrito que Salmone apresenta como quentes são Chapadje, Tchocodje Tica, Metuchira, Nhamichindo, Nhamopoca e Siluvu. Diz ele que nalgumas vezes são os fumos, os savanes que estão a criar problemas, interditando actividades públicas.

Continua na pág. 7

Continuação da pág. anterior

Poderees lutam pelo poder

Caia e Gorongosa, o problema está na definição de quem deve distribuir as machambas, se os grupos dinamizadores, se os antigos régulos ou outras autoridades tradicionais.

Nos distritos de Caia e Gorongosa, há algumas particularidades. Como há a questão da dupla administração, nalgumas situações, o "território" do

régulo abrange as duas administrações, a parte ainda sob influência da Renamo e a parte sob administração do governo. Na parte sob influência da Renamo, os régulos exercem livremente as suas actividades, mas já a não exercem na outra parte.

No distrito do Búzi, na mesma

provincia, régulos há que reclamam, até, salário de 16 anos, do período que durou a guerra terminada em Outubro de 1992. Neste distrito, disseram ao *domingo*, o administrador foi a uma região com o antigo régulo dessa região e perguntou à população se gostaria de voltar a ter o seu antigo régulo. Consta que a população respondeu favoravelmente. Assim, aquele régulo já está a trabalhar.

Esta é, mais ou menos, a situação que se vive nas três províncias apontadas. Há informações, que *domingo* não confirmou, de que algo semelhante se estará passando em Manica e noutras províncias do país. Este será, sem dúvida, o próximo problema para o país.

Problema porque a questão não está a ser encaminhada com os devidos cuidados, dada a sua

complexidade. O primeiro problema está na não definição clara das funções e dos limites dessas funções de cada instituição, das autoridades tradicionais e dos grupos dinamizadores e, em segundo, a sua não hierarquização. Mas, e a acrescentar a tudo isso, está a não identificação clara daquilo que se pode considerar de "autoridade tradicional".

O Dr. José Chuva Cafuquiza, delegado provincial do Arquivo do Património Cultural (ARPAC), em Sofala, "não crê que todos os que são agora chamados de autoridade tradicional são os que têm poder legítimo. Para mim, há quatro tipos de poder tradicional: os que têm o poder legítimo, os eleitos pela população, os postos pelas autoridades coloniais e os que se auto-intitulam. E aqui está o problema, houve uma confusão na definição de régulo. Quem é régulo e quem não é régulo?"

O delegado do ARPAC acha que poderá ter alguma resposta no segundo semestre deste ano, dado que um trabalho orientado para esse sentido está em curso. "Neste momento há um trabalho feito, mas ainda está em bruto, ainda não podemos tirar conclusões".

Mas para o Dr. Cafuquiza o problema não está apenas na definição do verdadeiro régulo, está na maneira "como integrar toda esta realidade (o poder tradicional) na dinâmica social. É que enquanto não integramos isto na nova dinâmica, não creio que tenhamos democracia no país". Todavia, prossegue o fio do seu raciocínio, há que ver que no sistema de autoridade tradicional não há democracia: há quem decide e não é qualquer um que se pode tornar chefe.

O delegado do Arquivo Cultural estabelece um paralelismo com a questão de "reintegração dos deslocados". Diz: "Não posso afirmar que a população está a ser reintegrada; partindo de uma análise sociológica da integração, há três tipos:

integração cultural, comunicativa e política. As populações regressam, sim, às origens, mas ainda não realizou as cerimónias de reintegração, ainda têm medo; então, assim podemos dizer que a população está a ser integrada nas suas zonas de origem? Há uma espécie de conflito entre os deslocados internos e os externos. O que aconteceu foi que durante a ausência dos deslocados externos os internos apoderaram-se das machambas despois. Os governos distritais distribuíram as machambas dos que estavam fora e, agora, entregam ao régulo para resolver o problema. Em Sena e Gorongosa os problemas são sérios. Os régulos dizem que os grupos dinamizadores é que fizeram isso. Há fuga de quem verdadeiramente entregou as machambas. E os régulos, como não podem recorrer ao uso da força, recorrem à magia".

Cafuquiza volta à questão do conflito para sublinhar que "não há uma tarefa específica quer para os grupos dinamizadores, quer para as autoridades tradicionais. O GD diz que representa o governo e o régulo diz que foi chamado pelo governo para gerir o seu pessoal. E está o GD a perder força, porque lhes são imputados muitos erros e as autoridades tradicionais têm muita aceitação".

As reflexões deste sociólogo e antropólogo não se ficam ao nível dos GD e régulos, vai até ao poder central: "Não tem importância muito grande e confiante Freixo/Renamo, ambas são neutras, apenas utilizam a força para chamarem a si o poder. Um talvez manipulado outro não. Mas será que esse poder que detêm é o poder legítimo? É uma questão. Para mim, e é isto que se está a fazer, só que de qualquer maneira, o ideal era tentar integrar o poder tradicional ao novo poder, talvez daí caminhássemos para a verdadeira democracia".

O ENTENDER DO GOVERNO PROVINCIAL

O entendimento do governo provincial de Sofala é algo moderado. O director provincial de Apoio e Controlo, António João Santana, refere que das informações que tem recebido, o problema não tem sido posto em termos de conflito: "Os nossos relatórios, que são as nossas fontes de informação, não têm reportado o problema desta forma, de forma de conflito. Não é propriamente um conflito, o problema é que os grupos dinamizadores não sabem o que é que vai acontecer. Fala-se muito do envolvimento das autoridades tradicionais, mas não há esclarecimento do que se pretende exactamente. Em Caia, Nhamatanda e Gorongosa, o que acontecia era que alguns régulos, por causa da influência da Renamo, se ao governo e às vezes ficam como chefes deles próprios, não prestando contas a ninguém. Uns dizem que a Renamo é que defende o regulado e, em Gorongosa, havia, até, um régulo que dizia que "ninguém entra aqui". Creio que são instigados. Mas há que admitir que esses conflitos estejam a surgir de facto, nalguns casos os problemas são mesmo graves, por exemplo em Inhanga, Dómue, havia divisões, uma dada população obedecia ao régulo e outra ao GD, na mesma zona".

Para aquele membro do governo provincial, "a Lei 3/94 é muito clara e por isso mesmo nem os GD's, nem as autoridades tradicionais se devem preocupar". E apresenta a sua argumentação: os régulos não são nomeados, nem são investidos por ninguém, não constituem o prolongamento do Estado ao nível local, eles já existem; os GD's já são nomeados e investidos, e constituem o prolongamento do Estado ao nível local.

Continua na pág. 8

Bloco Comercial para o Leste de Transvaal, Sul de Moçambique e Suazilândia

Com os pés na terra

SAVANA, 19.5.95

Por Justin Arenstein

A província sul-africana do Leste do Transvaal anunciou que tenciona impulsionar a criação de um bloco económico regional unido, que vai incluir a Suazilândia e as províncias do Sul de Moçambique.

Anunciando formalmente a iniciativa durante a abertura da primeira reunião ordinária do parlamento provincial do Leste do Transvaal, na semana passada, o Primeiro-Ministro da região, Mathews Phosa, sublinhou não ser possível se esperar pelo desenvolvimento da província isoladamente dos seus vizinhos.

"Não podemos ignorar o facto de que os nossos problemas de desenvolvimento são os mesmos, que as nossas oportunidades são similares e que partilhamos infra-estruturas e rios", explicou Phosa.

E acrescentou: "As fronteiras internacionais são fracas em termos de desen-

volvimento económico e as instituições devem trabalhar além fronteiras para se obterem rendimentos máximos...e, por esse facto, nós vimos as economias da Suazilândia, do Leste do Transvaal e das províncias moçambicanas de Maputo e Gaza como unidades sociais e económicas interdependentes".

A administração de Phosa reuniu-se já com o Rei Mswati III e o Primeiro-Ministro da Swazilândia, bem como com os governadores das províncias moçambicanas de Gaza e Maputo a quem apresentou os seus projectos de acordos de cooperação.

Os acordos propostos têm como objectivos a definição de estratégias conjuntas de desenvolvimento, criação de infra-estruturas e financiamento conjunto de projectos de benefício mútuo.

Para reforçar as propostas, Phosa anunciou também que as necessidades financeiras da sua província para o próximo ano fiscal incluem a construção de uma auto-estrada entre Gauteng e a capital moçambicana, Maputo.

A auto-estrada será financiada por um investidor estrangeiro e, de acordo com

Phosa, operará no sistema de pagamento de uma taxa de utilização. Ele acredita que o melhoramento das ligações com o Porto de Maputo vai encorajar o desenvolvimento industrial na província e vai proporcionar a Gauteng uma alternativa comercial competitiva ao escoamento de produtos através do Porto de Durban.

As autoridades portuárias de Durban estão bastante preocupadas com o projecto, tendo dirigido uma delegação encabeçada por um irmão de Phosa para tentar convencer o Primeiro-Ministro a não ir avante com o seu projecto de construção da auto-estrada.

"Eles tentaram integrar-nos numa Zona Económica Preferencial, mas não estamos interessados. O Porto de Durban tem grandes clientes aqui, como a Sappi e as minas, que perderão se Maputo for aberto para negócios", explica Phosa.

O Primeiro-Ministro de Gauteng, Tokyo Sexwale, deu também o seu apoio ao projecto, acrescentando que Maputo está mais próximo de Joanesburgo do que de Durban.

Para cimentar os laços com os seus vizinhos, a administração de Phosa fez

circular um documento base para discussão sobre o desenvolvimento regional em associação com o Banco de Desenvolvimento da África do Sul.

"Temos que começar a pensar seriamente na criação da Comunidade Económica da África Austral, seja na forma de um único bloco ou na base de comunidades económicas diferentes em África, que cooperam com interesses e agendas comuns", insistiu Phosa.

"A África do Sul deve iniciar o caminho e deve ser guiado pelos seus interesses económicos e regionais", declarou Phosa.

Phosa disse que está em contacto com o dirigente afrikander, General Constand Viljoen, para assegurar que as suas iniciativas separadas sejam complementares.

O desejado bloco económico vai receber impeto quando Phosa assinar acordos de cooperação com as suas contrapartes, o governador de Gaza, Eduardo Nhamitso e o de Maputo, Rainaldino Dias, na capital moçambicana, ainda neste mês. ■

WM&Guardian
@ SAVANA

Continuação da pág. anterior

Poderees lutam pelo poder

António Santana considera a Saúde, a Educação, as Obras Públicas — estradas, pontes, escolas, etc. — o recenseamento da população como sendo da responsabilidade do governo local. Mas reconhece que algumas tarefas podem ser realizadas pelos régulos e diz: "O que é necessário é que haja coordenação, que não haja choque".

Ao contrário de outros governos provinciais, o de Sofala parece atento à definição exacta do verdadeiro poder tradicional, do verdadeiro régulo. O director de Apoio e Controlo revela que se está a fazer o levantamento dos régulos, para se saber quem são, quantos são e qual é a sua implantação real.

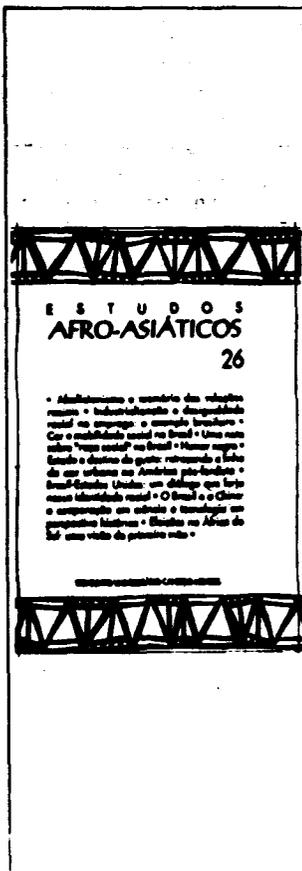
O QUE O GOVERNADOR DIZ

Felisberto Tomás, Governador de Sofala, diz que ainda não tem uma informação precisa sobre a matéria. "Ainda não tenho uma informação precisa sobre isso, mas penso que não há lugar para confusão. O grupo dinamizador é uma coisa, os régulos são outra. É como na Química. Existem três elementos nutricionais para a sobrevivência de um elemento NPK. São todos importantes, nenhum pode substituir o outro. Se se verifica que a uma pessoa falta potássio, não lhe posso pôr azoto. Não posso pegar no régulo e substituí-lo pelo grupo dinamizador. Nem posso fazer o contrário".

Apesar de confessar não ter ainda informação sobre a problemática, diz que "teremos uma atenção especial para as autoridades tradicionais. Vamos auscultá-las mais. A problemática da base de que deverá existir ligação intermédia que pode ser feita pelos velhos e pelas autoridades de base. Como é que a informação pode sair do distrito à localidade e da localidade às populações; há que haver uma força intermediária".

"E os grupos dinamizadores?" — perguntámos-lhe.

"Os grupos dinamizadores mantêm as suas funções" — respondeu.





vozes em português

Pepetela*

O vento fresco

PÚBLICO, 29.5.95

D. Alzira é uma senhora dos seus 60 anos que habita o meu largo e é conhecida por andar quase sempre bebada, vestida de qualquer maneira. No dia 15 de Maio apareceu diferente, sobria, mesmo com certa elegância. Os miúdos da rua, pouco habituados com tal apresentação, logo a rodearam, mordazes.

— Tão bem vestida, D. Alzira. Fez anos?

Ela costuma logo disparatar os miúdos. Desta vez não. Sorriu com bonomia.

— Então hoje não é o dia que começa o cacimbo? Acabou esse calor chato, não sentem esse vento fresco que entrou? Agora sou outra pessoa.

Suspeitei que não fosse essa causa, mas quem sou eu para desdizer D. Alzira, que faz doces de jinbuga de primeira? Esperei uma ocasião para a abordar. E aconteceu logo a seguir, quando ela se encostou ao muro duma casa onde se vende cerveja e gasosa geladas. Estas lojas familiares clandestinas têm marca à porta. Se põe uma garrafa ou lata de bebida que está à venda em cima do muro. Os clientes são assim atraídos pelo produto exposto. E se por acaso algum fiscal aparece, a desculpa são logo os miúdos que têm a mania de deixar as coisas com que brincam em cima do muro. Precaução quase inútil, pois os fiscais são ruros. Mas assim se poupa duas cervejas ou gasosas que se teria de pagar aos fiscais para eles esquecerem a cena. Deixei que ela começasse a beber a sua Nocal e depois falei:

— É so mesmo por causa do cacimbo que está bem vestida?

— Claro vizinho. Então não sente o vento bom? Não o vento da chuva, que esse so traz confusão nesta cidade. Mas o vento da frescura.

De facto já não estamos nos calores de Março. Mas a data oficial não quer dizer nada, neste final de século em que até o tempo está subvertido. Ainda não estamos no cacimbo, ainda não apetece por casaco a noite. Se adivinha que outros tempos virão, estão próximos, mas é so uma promessa. Quem sabe ainda há uma reviravolta e vem um calor dos diabos? Não posso negar o meu cepticismo, a idade tem destas coisas. Mas D. Alzira, mais velha que eu, acordou nesse dia com um irremediável optimismo. E tenho de reconhecer que é contagiante.

— Vizinho, ponha a cara de lado. Não o sente?

Eu bem que punha a cara de lado. Cheguei mesmo a abrir a camisa e a expor o peito ao tempo. Nenhum vento, nenhuma frescura. Apenas ausência de calor. Ela bebeu uma cerveja, encetou uma segunda. Geladinhos para aumentarem o efeito. Dentro em pouco o alcool iria aquecê-la e fazer desaparecer essa sensação de frescura.

— Que nada vizinho. Está mesmo fresco e não são duas cervejas que me vão fazer suar. Mas paro aqui, pois no dia do começo do cacimbo quero estar bem lúcida para o apreciar.

Era de facto uma mudança radical operada em D. Alzira. Ela

nunca sabia parar quando começava. E prosseguia pelo uisque, até chegar ao caporoto, que é aguardente feita em casa e, dizem os médicos, tremendo veneno. Parou mesmo na segunda cerveja.

— Como está a sua filha, vizinha? Nunca a mais a vi.

A filha de D. Alzira era uma das beidades do largo. Casada com um funcionário menor, fugiu com um tipo das Nações Unidas que lhe dava outras oportunidades nestes tempos de poucos meios e ainda menos perspectivas. Foi uma enorme buanja lá em casa, com cenas e ameaças. Uma vergonha para D. Alzira, dizia ela. Pelos vistos, a chegada do cacimbo lavou tudo, pois ela disse que a filha estava ótima, lhe saiu a sorte grande, agora anda num carro da Unavem. A senhora passou no teste, estava sem ressaca de vergonha. Só podia ser devido ao 15 de Maio, tive de reconhecer.

— Mas não bebe nada, vizinho? Eu pago.

Geralmente era o contrário. Ela nem se acanhava a esperar por ofertas, ia logo pedindo. Lhe fiz a vontade, aceitei uma cerveja. Ao menos uma vez fosse ela a pagar. Até porque cobraria logo a duplicar no dia seguinte. Pena ela não se ter lembrado de trazer uns quitutes que sabe fazer e são a melhor coisa para acompanhar cerveja. Ficámos bebendo encostados ao muro, vendo os miúdos tentarem encostar a bola numa tabela feita no passeio. Uma equipa era dos Bulls e outra dos Spurs. De tanto os ver e ouvir, até já reconhecia o Jordan e o Pippen. Levantavam uma poeira dos diabos no largo, que sujava vidros de casas e carros, mas ao menos estavam entretidos.

— Mas não pode ser só por causa do cacimbo que está assim tão bem disposta, insisti eu, sentindo que estava a ser chato mas sem poder evitar a curiosidade, pura kuribotice.

— Também há outra coisa. O vizinho não ouviu dessa coluna que se prepara para sair de Luanda para o Lobito? A coluna que vai abrir as estradas à circulação? Então? No Sul já está mais fresco, essa coluna na volta vai trazer mais frescura para aqui. E em breve as pessoas do Planalto nos vão trazer as frutas e os legumes mais baratos e também o fresquinho lá de cima. É tudo isso neste principio de cacimbo.

Começava a compreender. Uma maneira como outra qualquer de comemorar. Mudando de vida. Oferecendo cerveja em vez de cravar. Bebendo moderadamente. Vestindo melhor. Estava certo. Mas o meu cepticismo natural levou a melhor.

— Ainda é cedo para cantar, vizinha. Pode ser volta o calor de repente, tudo vira fogo. Já tantas vezes pareceu vir o cacimbo e há sempre algo que o faz recuar.

— Não percebo nada de meteorologia, mas sei, desta vez é definitivo. É mesmo o vento fresco do cacimbo. Vizinho, é preciso acreditar que ele vem. É preciso acreditar.

Bebi a minha cerveja. E não é que, também eu, senti uma suave viração profética? ■

* escritor angolano

A Casa dos Estudantes do Império contra o Império

PÚBLICO MAGAZINE, 28 5.95

Foi criada por sugestão de um ministro das Colónias de Salazar, mas acabou por se desviar dos propósitos traçados pelo regime. E chegou até a ser apelidada por um inspector da PIDE de “alfobre de elementos anti-situacionistas”. O Estado Novo foi adiando o inevitável. Levou anos a tentar meter a Casa na ordem com comissões administrativas e intervenções da PIDE. Afinal, extinguir a Casa dos Estudantes do Império era reconhecer a impossibilidade de “regenerar” os seus associados. Mas foi esse o seu destino, em 1965.

Texto
Cláudia Orvalho Castelo



Tinha começado há pouco o ano lectivo de 1943-44. Entre um grupo de universitários oriundos de Angola, surge a ideia de criar, em Lisboa, a Casa dos Estudantes de Angola. Uma associação empenhada em "conseguir que aumente o número de rapazes daquela colónia que estudam na Metrópole, dando-lhes a certeza de que não se encontrarão isolados, pois a Casa facilitar-lhes-á a adaptação ao meio e dar-lhes-á amparo durante o curso". Da comissão organizadora fazem parte Alberto Marques Mano de Mesquita e Ângelo José Vidigal Dias, da Faculdade de Direito; Carlos Torres de Sousa Júnior, Manuel Sea-

Assim, numa visita à Casa dos Estudantes de Angola, realizada a 3 de Julho de 1944, o ministro das Colónias Francisco Vieira Machado, na presença de Marcelo Caetano e dos representantes das outras associações - Aguiinaldo Veiga, de Cabo Verde; Vasco Benito Gomes, da Índia; Gonçalo de Sousa e Macedo Mesquitela, de Macau; e Francisco Maria Martins, de Moçambique -, formaliza a proposta de fusão de todas as Casas na Casa dos Estudantes do Império (CEI). Em Outubro de 1944, a CEI-sede começa a funcionar, sob a presidência de Alberto Marques Mano de Mesquita, no n.º 1 da Rua Praia da Vitória, ao Arco do Cego. Mas, no mês seguinte, muda-se para o n.º 23 da Avenida Duque d'Ávila, onde vai permanecer até à sua extinção. Por essa altura, abre também uma delegação em Coimbra.

A Casa dos Estudantes do Império organiza-se em secções que agrupam os estudantes por colónias. Cada secção tem corpos gerentes próprios. Há, no entanto, uma direcção-geral comum. A associação compromete-se a fornecer assistência social e material aos estudantes ultramarinos, a promover a sua cultura e a contribuir para a sua integração no meio estudantil metropolitano. No primeiro ano de actividade, é inaugurado o posto clínico, abre concurso para atribuição de bolsas, são enviadas informações sobre os cursos superiores da metrópole aos liceus e associações académicas das colónias, organiza-se a biblioteca, promovem-se palestras e exposições sobre temas coloniais, realizam-se campeonatos de várias modalidades desportivas. Nos anos seguintes, estas actividades prosseguem e intensificam-se.

Desde o início, o regime procura enquadrar e orientar as actividades da CEI através do Ministério das Colónias, instituição tutelar da Casa, e da Mocidade Portuguesa (MP). Logo em Janeiro de 1945, na abertura de um ciclo de palestras promovido pela Casa dos Estudantes do Império, sob o patrocínio da MP, Marcelo Caetano revela aquilo que o regime espera da Casa: que contribua para "o triunfo do espírito português", trabalhando em prol da formação colonial da juventude (Boletim do Commissariado Nacional, Lisboa, 1945).

Naquele ciclo de palestras, apela-se insistentemente a "uma colaboração cada vez mais fecunda entre a Mocidade Portuguesa e a Casa dos Estudantes do Império", e, em 1946, escre-

ve-se ainda com indisfarçável orgulho, num órgão oficial, que "a Casa dos Estudantes do Império pode, bem, considerar-se a filha da Mocidade Portuguesa" (Celestino Marques Pereira, "O ensino colonial da juventude", 1946). No entanto, quase todos os elementos dos corpos gerentes da Casa para o ano lectivo de 1945-46 (tanto em Lisboa como em Coimbra) assinam as listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e juntam-se, a



Em 1944, na presença de Marcelo Caetano, o ministro das Colónias Vieira Machado formaliza a Casa dos Estudantes do Império

bra de Azevedo e Emílio Freire Leite Velho, da Escola Superior de Medicina Veterinária; e Alberto Pereira Diogo e Acúrsio de Sampaio Nunes, do Instituto Superior Técnico. A iniciativa tem o apoio do comissário nacional da Mocidade Portuguesa, o que vale a Marcelo Caetano o título de presidente de honra da Casa.

Os estudantes de outros cantos do império seguem o exemplo, e depressa aparecem Casas de outras colónias - Cabo Verde, Macau, Índia, Moçambique - com os mesmos objectivos. Ao regime, porém, não agrada a dispersão dos estudantes por diferentes associações, em função da sua colónia de origem. Por um lado, porque esse facto contraria a ideia de unidade da nação portuguesa propagandeada pelo discurso oficial; por outro, porque dificulta o controlo das actividades dos sócios. Interessa-lhe, antes, que as várias Casas se fundam numa só, capaz de reunir todos os jovens ultramarinos sob a mesma mentalidade imperial.

Continua na pág. 12



partir de 1946, ao MUD Juvenil. Em 1948 e 1949, vamos encontrar, de novo, os estudantes que dirigem a CEI ao lado da oposição, a favor da candidatura de Norton de Matos. Em meados de 1950, os membros da secção da Índia da CEI recusam-se a subscrever uma declaração de repúdio pelas afirmações de Nehru hostis à política portuguesa na Índia.

Na viragem para os anos 50, a CEI começa a estruturar-se co-



Agostinho Neto num colóquio sobre poesia angolana na CEI (1959).
Com ele estão Gabriel Mariano, Carlos Ervedosa e Costa Andrade

mo um espaço de sociabilização anti-salazarista, de (re)descoberta da cultura africana, de denúncia do colonialismo, onde se formam politicamente alguns dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação: Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Vasco Cabral. A PIDE, atenta às actividades políticas dos sócios da Casa desde 1946, informa, em Abril de 1951, o ministro das Colónias que "a CEI é há muito conhecida como alfobre de elementos que desenvolvem campanha anti-situacionista" (Arquivo PIDE DGS). Este "desvio" ou "subversão" em relação àquilo que o regime esperava dela vai comprometer o funcionamento democrático da Casa dos Estudantes do Império.

A 30 de Maio de 1952, o Governo nomeia uma comissão administrativa que irá dirigir a Casa até 1957. Durante esse período, não se realizam eleições para os corpos gerentes e a actividade cultural é confinada aos parâmetros estreitos do: "Nada contra a nação, tudo pela nação." Muitos sócios afastam-se; outros só aparecem na Casa para usufruir da cantina (a funcionar desde Abril de 1948), do posto clínico e pouco mais.

Este panorama, contudo, só se estende à delegação da CEI em Coimbra mais tarde, em 1955. Nessa altura, o comissário nacional da Mocidade Portuguesa, António Gonçalves Rodrigues, consulta a delegação da PIDE em Coimbra sobre o comportamento dos corpos gerentes livremente eleitos da delegação da CEI naquela cida-

de. O inspector da policia politica informa-o que "todos os individuos são politicamente maus" e defende que "só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico" (Arquivo PIDE DGS).

Depois da exoneração da comissão administrativa, realiza-se uma assembleia geral para discutir e aprovar os novos estatutos da CEI. Segundo o novo regulamento, homologado pela Mocidade Portuguesa em 7 de Fevereiro de 1957, a Casa dos Estudantes do Império deixa de se organizar em secções (consideradas pelo regime focos de nacionalismos) e não pode interferir em assuntos de carácter político.

Com o regresso à normalidade, tem início uma nova fase na vida da associação, marcada por uma crescente actividade recreativa e cultural. A CEI promove encontros desportivos, bailes, "matinéas" dançantes, jantares, mas também colóquios, conferências, exposições, sessões de cinema e de música, concursos literários... A sua secção editorial, sob o impulso de Carlos Ervedosa, Fernando Costa Andrade, Fernando Mourão e Alfredo Margarido, publica antologias de poetas e contistas angolanos (1959 e 1962; e 1960), de poetas de Moçambique (1962) e de São Tomé e Príncipe (1963). Obras de Luandino Vieira, Mário António, Viriato da Cruz, António Jacinto, Agostinho Neto e José Craveirinha figuram na Coleção Autores Ultramarinos. Através do seu boletim "Mensagem", dirigido entre outros por Tomás Medeiros, revela muitos dos mais importantes escritores africanos e põe a circular textos anticolonialistas. Começa a surgir uma literatura nova e autónoma, que se distingue da tradição literária portuguesa, ao nível temático e linguístico: a literatura africana de língua portuguesa. E a Casa dos Estudantes do Império aposta na sua divulgação. ● ● ●

Por volta de 1960, a CEI tem cerca de 600 sócios, uma cantina que serve uma média de 200 refeições diárias, um lar com 14 residentes, uma biblioteca, um salão de jogos e um posto clínico. Além da sede em Lisboa e da delegação de Coimbra, funciona também uma delegação no Porto (criada em Março de 1959).

As iniciativas culturais contribuem para a politização dos sócios, a quem vão chegando informações sobre os movimentos de libertação africana. Na sequência do aparecimento de um manifesto intitulado "Mensagem ao Povo Português" que apoiava as acusações feitas na ONU contra a política colonial portuguesa e propunha o imediato reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação, elaborado na CEI-Coimbra, é novamen-

Continua na pág. 13

Continuação da pág. anterior

te imposta uma comissão administrativa a Casa dos Estudantes do Império (portaria de 30-12-60). Uma desavença entre a sede e Coimbra a propósito de uma divisão de verbas serve de pretexto aos ministérios da Educação Nacional e do Ultramar. Os estudantes ultramarinos e os da metrópole enviam telegramas a protestar contra a decisão. Mas não têm qualquer resposta.

Salazar, despachando directamente com o director da PIDE,



Conferência em 30 de Março de 1963. Na mesa, Humberto Fonseca, Manuel Monteiro (presidente), Arménio Ferreira e Álvaro Mateus



defende que se devia ter aproveitado a oportunidade para dissolver a CEI. Os associados já tinham dado problemas de sobra ao regime, quase todos tinham ficha na PIDE, onde constava, no mínimo, que eram "contra a actual situação".

A comissão administrativa, entretanto, nomeia um delegado para Coimbra, e não encontrando no Porto delegado que mereça a sua confiança encerra a delegação daquela cidade, em Janeiro de 1961.

A pesar da vigilância da PIDE e da ingerência da comissão imposta pelo Governo, a Casa dos Estudantes do Império é um dos lugares em que se prepara a saída de Portugal de várias dezenas de estudantes africanos que irão juntar-se aos movimentos de libertação. Nos jornais, a fuga é minimizada ou mesmo abafada, mas numa Informação da PIDE, de 4 de Julho de 1961, enviada aos ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Interior, Exército, Negócios Estrangeiros, Comunicações e ao Secretariado de Aeronáutica, podemos ler: "A CEI funcionava, em Lisboa, como o principal centro recu-

tador... Não restam dúvidas que se mostra de grande amplitude o exodo de estudantes ultramarinos e a clandestinidade da forma como actuam". Arq. PIDE DGS, "Informação nº 1112 61-GU".

Nos finais de Julho de 1961, depois de informar o Ministério do Ultramar que as contas da CEI estavam em ordem, a comissão administrativa é exonerada. O Governo, no entanto, impõe à Casa uma alteração dos estatutos que contemple: mudança de nome da associação com o fortalecimento do movimento internacional favorável a descolonização e perante o início da guerra em Angola não convinha nada ter "império" no nome. Aliás, em 1951, esse termo tinha sido substituído na Constituição por "ultramar"; admissão da gerência de um professor universitário com direito de veto: não concordância ou colisão com os fins de outras associações de estudantes e da Mocidade Portuguesa. A percepção dos subsídios enviados pelos governos das províncias ultramarinas, entregues à Casa pelo Ministério do Ultramar, estaria condicionada pela aprovação daqueles estatutos pelo Ministério da Educação Nacional.

Em Março do ano seguinte, as comemorações do Dia do Estudante são proibidas. A CEI associa-se ao luto académico. Durante a crise, a Casa disponibiliza as suas instalações para a realização das Reuniões Interassociações e os respectivos comunicados são ali copiografados, o que leva a PIDE a invadir a sede. Vários manifestos, revistas e livros são apreendidos, e os membros da direcção submetidos a interrogatórios.

Apesar de a Casa dos Estudantes do Império ter enviado os estatutos revistos ao Ministério da Educação Nacional em 20 de Maio de 1962, os subsídios são cancelados pelo Ministério do Ultramar em Janeiro de 1963. As dificuldades económicas da Casa originam uma campanha de solidariedade em que participam as Associações dos Estudantes de Lisboa.

A CEI é extinta em Setembro de 1965, quando já quase não havia estudantes ultramarinos na metrópole (em 1963, foram criados os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique), e depois de um período de sucessivos entraves ao seu normal funcionamento: sócios presos, a sede invadida pela PIDE, ficheiros e livros de contas apreendidos, iniciativas culturais proibidas.

Supostamente uma dependência do aparelho ideológico do Estado, a CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante núcleo cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam os estudantes e os intelectuais das colónias que viviam na metrópole. Com ligações estreitas à oposição portuguesa e mesmo ao PCP, a maioria dos sócios da Casa foi-se envolvendo na luta contra o Estado Novo. Mas a tomada de consciência anticolonial iria ditar, a prazo, a sua participação nos movimentos de libertação africana.

A ilusão de conseguir "regenerar" a Casa através das comissões administrativas, a necessidade de esconder da opinião pública a verdadeira posição política da maioria dos estudantes ultramarinos, o medo dos efeitos que a extinção da CEI poderia ter no meio académico podem ajudar a explicar a sua longevidade, no quadro do Estado Novo. Mas, ironicamente, também interessou ao regime, nos últimos anos, que a associação permanecesse aberta. Só assim podia manter os sócios rigorosamente vigiados e obter mais facilmente informações sobre os movimentos independentistas. ●

Ver também box na pág. 14

Jornal do Fundão: censurado e suspenso

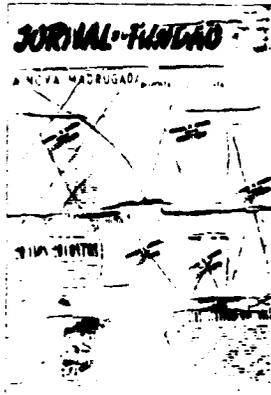
PÚBLICO MAGAZINE, 28.5.95

No dia 21 de Maio de 1965, fez no passado domingo trinta anos, o Ministro da Educação Nacional determinava a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE). Isto porque na semana anterior, o Grande Prémio de Novelística fora atribuído a "Luanda", do escritor angolano José Luandino Vieira. O premiado era membro do MPLA e estava preso no campo de concentração do Tarrafal, acusado de atentar contra a "segurança do Estado" (a este propósito, ver entrevista a Luandino Vieira, no PÚBLICO de 15.5.95, p.22-23).

Ora dois passados sobre a decisão oficial de extinguir a SPE, a 23 de Maio de 1965, o "Jornal do Fundão" — mais precisamente o suplemento literário "Argumentos", organizado por Alexandre Pinheiro Torres — incluía a notícia da atribuição dos prémios literários da SPE, acompanhada da fotografia dos três galardoados: Isabel da Nóbrega (romance), Luandino Vieira (novela) e Armando Castro (ensaio). A notícia, escrito pelo próprio Alexandre Pinheiro Torres, continha um parágrafo com algumas notas biográficas de Luandino Vieira e outro referindo-se à qualidade literária da sua obra.

Como mais tarde se provou, as provas do suplemento "Argumentos" foram visadas favoravelmente pelo delegado da Direcção dos Serviços de Censura do Distrito de Castelo Branco. A referência ao escritor angolano passara incólume ao "lápiz azul", já depois de extinta a Sociedade Portuguesa de Escritores e de os matutinos "Diário de Notícias" e "Diário da Manhã" publicarem em grandes manchetes que Luandino Vieira era um "terrorista" e os membros do júri "traidores à Pátria". Apesar disso, a Presidência do Conselho resolveu suspender o "Jornal do Fundão" e mandar apreender o que restava daquela edição.

António Paulouro, fundador e director do jornal, encontrava-se a participar nas comemorações dos 50 anos do Seminário do Fundão quando o preveniram de que a PIDE o ia prender. "As ve-



zes viver na província também tem vantagens", recorda hoje. "Refugiei-me no Hospital da Cruz Vermelha porque me avisaram que a prisão seria depois justificação para sanções mais severas contra o jornal."

No dia 25 de Maio de 1965, o "Jornal do Fundão" foi condenado administrativamente a 180 dias de suspensão. Da Direcção dos Serviços de Censura chegaria, a 7 de Junho, um ofício confidencial em que se explicavam os motivos da condenação: o jornal só tinha sido autorizado como "regionalista" e, "nesse âmbito" não cabiam "quaisquer suplementos ou páginas literárias"; o "Jornal do Fundão" publicara, portanto, "Argumentos" sem autorização. Por outro lado, era "circunstância agravante do procedimento do jornal", o suplemento literário fazer "o elogio do livro Luanda e do seu autor" e ser dirigido pelo "dr. Alexandre Pinheiro Torres, um dos membros do júri da Sociedade Portuguesa de Escritores, já dissolvida e extinta, que atribuiu o prémio de novelística ao traidor e terrorista Luandino Vieira". O ofício referia-se ainda à "falta de colaboração" do "Jornal do Fundão" com os Serviços de Censura e à "habitual hostilidade com que aborda os problemas".

Entretanto, a 15 de junho, o tenente Manuel Dias Catana, delegado distrital da Censura de castelo branco, declarou que visara "todos os originais publicados no nº 984 do 'Jornal do Fundão', de 23 de Maio, com excepção da notícia 'Oito milhões de contos para Obras Públicas'." Pelo facto, foi demitido.

Só seis meses mais tarde, a 28 de Novembro de 1965, o "Jornal do Fundão" voltou a ser publicado. Na primeira página do seu nº 985 poderia ter saído uma pequena notícia de "homenagem" ao "exemplo de integridade e lealdade" do tenente Manuel Dias Catana, demitido por ter posto "a honra acima dos interesses". Isto se os Serviços de Censura (agora a partir da sede) não a tivessem cortado. ●

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

RÚSSIA QUER REFORÇAR O SEU PAPEL EM ANGOLA — A Rússia está em condições não só de retomar, mas até mesmo de reforçar o papel que em tempos teve em Angola, disse ontem o secretário do respectivo Conselho de Segurança, Oleg Lobov, que está de visita a Luanda. A sua delegação é a maior que de Moscovo se deslocou a Angola desde a desintegração da União Soviética, incluindo entidades ligadas à venda de armamento e às comunicações. Os russos vão fornecer, entre outras coisas, pontes metálicas para facilitar a circulação de pessoas e de bens, neste período do pós-guerra.

PÚBLICO, 29.5.95

I M P R E S S O